



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/01/2015



ÍNDICE

1. COMARCAS	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. JUÍZES	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	2
3. OUVIDORIA	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4

Bloqueio

A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira determinou ontem o bloqueio dos recursos da Prefeitura de Vitorino Freire.

O prefeito José Leandro Maciel é acusado de atrasar o salário dos professores e de funcionários da rede de ensino.

Desde novembro, o sindicato da categoria reivindica o pagamento dos salários, 13º e também o recolhimento das contribuições sindicais.

Morosidade processual é principal reclamação de usuários da Justiça

Ouvidoria do TJMA recebeu em 2014 mais de 2.900 manifestações de insatisfação com demora no andamento de processos

A morosidade processual continua sendo a principal reclamação dos usuários dos serviços do Poder Judiciário do Maranhão. De janeiro a dezembro, foram 2.916 manifestações de insatisfação com a demora no andamento de processos, o equivalente a 86,76% dos 4.123 atendimentos realizados pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça no ano de 2014.

"A morosidade processual é um problema que assola o Judiciário como um todo e evidencia a necessidade de ações administrativas voltadas para a revitalização da atividade-fim de distribuição da Justiça", explica o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten Pereira.

Maio foi o mês com maior nú-

mero de demandas registradas na Ouvidoria do TJMA, com um total de 416 pedidos de informação, reclamação, denúncias e sugestões. O número representa um crescimento de 32% em comparação ao mesmo período do ano passado, quando o órgão registrou 3.113 manifestações de usuários.

A Internet ainda continua sendo o meio mais utilizado pelos usuários para esclarecer as dúvidas, com 54,85% das correspondências, que chegam por formulário eletrônico, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br) ou pelo link "Fale Conosco", disponíveis no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). O Telejudiciário (0800-707-1581) é o outro canal mais acessado, com 1.050

Mais

O prazo para resposta definitiva às questões dos usuários pela Ouvidoria é de 20 dias úteis. Durante esse período, a equipe realiza um trabalho de pesquisa, diálogos com os setores envolvidos, contatos adicionais com usuários, envio às unidades e acompanhamento dos casos até o esgotamento das possibilidades de resolução. As unidades envolvidas, por sua vez, têm até 5 dias úteis para prestar informações e esclarecimentos.

registros (31,2%). Na forma presencial foram atendidos 228 usuários (6,94%).

Audiências - Destacam-se, ainda, as audiências públicas realizadas nas comarcas de Bacabal e Caxias, com a participação de cerca de 600 pessoas, dentre po-

pulares, representantes da sociedade civil, líderes políticos e religiosos, presidentes de associações e entidades de classe, delegados de polícia, membros da Advocacia, da Defensoria Pública, do Ministério Público e juízes.

O item "reclamações" liderou a lista das manifestações, com 3.361 registros; em segundo lugar, "pedidos de informação", com 493; seguido de "denúncias", com 113, e "dúvidas", com 51 registros. Todos os questionamentos são encaminhados ao departamento responsável que tem o prazo de três dias para dar a resposta. De acordo com relatório do setor, cerca de 90% das demandas foram respondidas.

Para o desembargador, a Ouvidoria está se consolidando como um canal de comunicação direto entre o cidadão e a Justiça estadual, orientando e fornecendo informações acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.

Clic

Fotos/Divulgação



COMO PARTE DA POLÍTICA de um melhor relacionamento institucional com as entidades e órgãos mais representativos do Estado, uma comissão de executivos do Grupo Mirante, formada por Râmulo Barbosa, Clóvis Cabalau e Marcos José Cordeiro Sarney (mais novo integrante da equipe), visitou a presidente do Tribunal de Justiça, o presidente da Fiema e do Sebrae-Ma e a presidente da Associação Comercial, Luzia Rezende, que é vista com eles em seu gabinete no Palácio do Comércio, a quem foi esplanado o projeto de mudanças no jornal O Estado do Maranhão

- Foi suspenso, ontem, o atendimento forense na Comarca de Vitorino Freire. A medida é objeto de portaria assinada pela diretora do Fórum e titular da 2ª Vara da Comarca, juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira.
 - Apenas os atos urgentes foram praticados. Também não houve suspensão dos prazos em curso, uma vez que “as atividades ainda estão em recesso forense.